



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva

Departamento de Fundos e Investimentos

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CD-FNDCT EXERCÍCIO DE 2025

**Data:** 28/05/2025, das 10h às 18h.

**Local:** Sala dos Conselhos, 5º andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

**Link:** [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_N2Y5M2ZkNzItNDlhNy00ZDcxLTkxZmMtOTc2YjFjOTc1Nzcx%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%22cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2Y5M2ZkNzItNDlhNy00ZDcxLTkxZmMtOTc2YjFjOTc1Nzcx%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%22cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%22%7d)

#### Pauta:

1. Abertura;
2. Informe sobre a Arrecadação do FNDCT;
3. Informe sobre a execução orçamentária e financeira 2024 e 2025;
4. Balanço das ações não reembolsáveis 2024/2025 – Finep e CNPq;
5. Balanço das ações reembolsáveis 2024/2025 – Finep;
6. Aprovação da revisão dos programas do FNDCT;
7. Aprovação PAI 2025 – 2029 (não reembolsável e reembolsável);
8. Recomendações dos órgãos de controle 2024:
  1. Diretrizes para priorização do uso dos recursos reembolsáveis;
  2. Critérios de cobrança de juros e amortização utilizando a TR;
  3. Incorporação da lógica de intervenção aos Programas do FNDCT;
9. Deliberação sobre a proposta de distribuição de percentuais das modalidades de financiamento para o PLOA 2026 e encaminhamentos;
10. Calendário e Proposta de Pauta próximas reuniões;
11. Encerramento.

#### Participantes:

Nome	Cargo	Representação	Participação
Luis Manuel Rebelo Fernandes	Secretário-Executivo do MCTI	Presidente substituto legal da Ministra de Estado do MCTI - suplente	Presencial
Luiz Antônio Pessan	Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Secretário de Economia Verde,	CAPES - suplente	Virtual
Rodrigo Sobral Rollemburg	Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	MDIC - suplente	Presencial
Zarak de Oliveira Ferreira	Diretor de Secretaria de Orçamento Federal- MPO	MPO- suplente	Presencial
Heraldo Luiz Rodrigues	Secretário de Produtos de Defesa - MD	MD - titular	Presencial
Major Brigadeiro Engenheiro Charles Wilson Gomes Conti	Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa - MD	MD - suplente	Presencial

Nome	Cargo	Representação	Participação
Rafael Ramalho	Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda	MF - titular	Presencial
Dubeux	Presidente da Finep	Finep - titular	Presencial
Celso Pansera	Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Substituto Legal do Presidente da FINEP	Finep - suplente	Presencial
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Presidente do CNPq	CNPq - titular	Presencial
Ricardo Galvão	Diretor Científico e Presidente Substituto do CNPq	CNPq - suplente	Presencial
Olival Freire Junior	Professor Titular do Departamento de Química da UFPR	SBPC - titular	Presencial
Aldo José Gorgatti Zarbin	Professora Doutora	SBPC – titular	Presencial
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral	Vice -Presidente regional da ABC para a Região de São Paulo	ABC- suplente	Virtual
Glaucius Oliva	Diretor de Inovação da CNI	CNI-titular	Presencial
Jefferson de Oliveira Gomes	Especialista de Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação - CNI	ABC - suplente	Presencial
Idenilza Miranda	Diretora Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI	CNI - suplente	Virtual
Marcela Chami Gentil Flores	Secretário Adjunto das Relações Institucionais – CUT. Representante dos Trabalhadores da área de C&T	Setor Produtivo - titular	Presencial
Quintino Marques Severo	Conselheiro Titular Representante da CTB. Representante dos Trabalhadores da área de C&T	Setor Produtivo - Suplente	Presencial
Joilson Antonio Cardoso do Nascimento			

### Convidados:

Nome	Cargo	Representação	Participação
Rubens Diniz Tavares	Chefe de Gabinete da Ministra	MCTI	Presencial
Sérgio Cruz	Secretário-Executivo Adjunto	SEEXEC/MCTI	Presencial
Maria Luiza Nogueira Rangel	Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva	SEEXEC/MCTI	Presencial
Inácio Arruda	Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social	SEDES/MCTI	Presencial
Andrea Brito Latgé	Secretária de Políticas e Programas Estratégicos	SEPPE/MCTI	Presencial
Daniel Almeida	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	SETEC/MCTI	Presencial
Henrique de Oliveira Miguel	Secretário de Ciência e Tecnologia para a Transformação Digital	SETAD/MCTI	Virtual
Raphael Padula	Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos	DFIN	Presencial
Mariana Vidal	Coordenadora-Geral de Governança de Fundos	CGGF/DFIN/SEEXEC	Presencial
Elenice Thomas Carvalho	Assistente em C&T	CGGF/DFIN/SEEXEC	Virtual
Lilian Rose Peters	Analista em C&T	CGGF/DFIN/SEEXEC	Virtual
Marcia Godoi	Assistente em C&T	CGGF/DFIN/SEEXEC	Virtual
Elias Ramos de Souza	Diretor de Inovação da Finep	Finep	Presencial
Janaina Prevot	Diretora de Administração	Finep	Presencial
Adriana Haguenauer	Assessora da diretoria de Inovação	Finep	Presencial
Ana Czeresnia Costa	Gerente do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Subvenção Descentralizada	Finep	Presencial

Nome	Cargo	Representação	Participação
Fabrício Soares Azevedo	Superintendente Substituto da Área de Controle Orçamentário e Financeiro do FNDCT	Finep	Presencial
Pablo Arruda	Superintendente da Área de Gestão Financeira	Finep	Presencial
Julietta Palmeira	Assessora da Diretoria	Finep	Presencial
Marcus Fabiano Silva	Assessor Militar	MD	Presencial
Victor M Barbosa	Assessor técnico do DECTI/SEPROD	MD	Presencial

## 1. Abertura

Ao iniciar a reunião, o Secretário-Executivo do MCTI, Sr. Luis Fernandes, cumprimentou a todos e justificou a ausência da Ministra, informando que ela havia sido convocada pelo Presidente a participar do lançamento da Chamada Nordeste no valor de R\$ 10 bilhões em Salgueiro, Pernambuco. Explicou ser iniciativa importante, no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB), com parceria entre Finep, BNDES, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, SUDENE e o Consórcio Nordeste.

Na sequência, informou que havia sido programado um ato de recepção pela Ministra dos dois livros com as conclusões da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI): o livro **Lilás**, com as contribuições coletadas no evento, e o livro **Violeta**, com as recomendações consolidadas na 5ª CNCTI. Estava prevista para esta reunião a assinatura de uma Portaria, instituindo um Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração da proposta da nova Estratégia Nacional de CT&I (2024–2030), a ser submetida ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). Apesar da ausência da Ministra, comunicou que o GT será composto por dez membros, com base em nomes amplamente reconhecidos na área, como Helena Nader, Renato Janine, dois representantes da CNI, além de outros convidados. O prazo previsto para entrega da proposta será de 90 dias e o documento servirá como base para a elaboração do Plano de Ação em CT&I – PACTI. A entrega formal dos livros deverá ocorrer em momento oportuno, a ser definido pela Ministra.

## 2. Informe sobre a Arrecadação do FNDCT

O Sr. Luis Fernandes explicou que, na elaboração do PLOA 2025, a arrecadação do FNDCT foi inicialmente estimada em R\$ 20,6 bilhões, sem considerar a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Com a aprovação da prorrogação da DRU pelo Congresso, aplicou-se a desvinculação de 30% sobre as receitas do fundo, reduzindo o valor aprovado na LOA para R\$ 14,7 bilhões. No entanto, a arrecadação efetiva em 2024, já descontada a DRU, foi de R\$ 16,7 bilhões, evidenciando subestimação na projeção orçamentária. Informou que essa discrepância foi discutida com o Ministro da Fazenda, que destacou que as projeções são revisadas bimestralmente com base em dados reais. O segundo levantamento, referente ao 1º quadrimestre de 2025, apontou arrecadação de R\$ 5,9 bilhões, frente aos R\$ 4,3 bilhões previstos na LOA. Com isso, a nova projeção anual é de R\$ 18,3 bilhões - R\$ 3,6 bilhões acima do valor orçado.

O Sr. Luis Fernandes ressaltou que até abril, a arrecadação superou em 21,4% a previsão da LOA e projeta-se que até o final do ano supere 25% da previsão atual. A principal causa dessa diferença foi a subavaliação da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que representa cerca de 75% das receitas do fundo. Afirmou que a previsão era na ordem de R\$ 2,76 bilhões até abril. Porém, a arrecadação efetiva foi de R\$ 4,26 bilhões - um aumento de 26,6%. Para o ano, a nova estimativa é de R\$ 13,14 bilhões, ante os R\$ 10 bilhões inicialmente previstos, um acréscimo de 30%. Reforçou que as estimativas são elaboradas pela Receita Federal e, com base na nova previsão constante do SIOP<sup>[1]</sup>, será encaminhado pedido de análise para possível recomposição orçamentária do FNDCT.

## 3. Informe sobre a execução orçamentária e financeira 2024 e 2025

O Sr. Luis Fernandes destacou que a deliberação do colegiado deverá se restringir ao orçamento autorizado na LOA 2025, especificamente R\$ 7,3 bilhões destinados ao orçamento não reembolsável e R\$ 7,3 bilhões destinados ao orçamento reembolsável do FNDCT. A recomposição

orçamentária, embora relevante, é uma ação futura e não pode ser objeto de deliberação. Explicou que a execução orçamentária do FNDCT é acompanhada mensalmente e que, até 23 de maio de 2025, o limite de empenho autorizado era de R\$ 2,84 bilhões, dos quais R\$ 2,75 bilhões já estavam empenhados - praticamente atingindo o teto permitido. Reforçou que essa execução está sendo realizada dentro dos limites estabelecidos para o Ministério, tanto orçamentários quanto financeiros. Celebrou a melhoria significativa na distribuição da execução que ocorrerá ao longo do ano de 2025 em comparação ao ano de 2024, em que a maior parte da execução se concentrou no segundo semestre, devido ao cronograma de chamadas públicas. Destacou que esse cenário se concretizou graças à decisão acertada do Conselho, em outubro de 2024, de ampliar o atendimento à demanda qualificada, permitindo execução de projetos já no primeiro semestre de 2025. Como resultado, a execução orçamentária até abril de 2025 foi 3,5 vezes superior à do mesmo período de 2024, tornando o fluxo mais homogêneo, previsível e eficiente. Essa evolução é ainda mais expressiva considerando que parte do período foi executada sob o regime de duodécimos, sem LOA aprovada e com restrições para investimentos em capital. Lembrou que, mesmo com essas limitações, foi possível executar praticamente todo o orçamento disponível, demonstrando avanços concretos na gestão dos recursos do FNDCT.

No que se refere à execução financeira, o Sr. Luis Fernandes informou que, até 23 de maio de 2025, o limite autorizado era de R\$ 2,43 bilhões, dos quais R\$ 2,38 bilhões já haviam sido executados, indicando que o fundo também operava próximo ao teto financeiro. Assim como na execução orçamentária, a distribuição equilibrada dos desembolsos ao longo do ano permitiu que a liberação financeira acompanhasse o ritmo da execução orçamentária. Essa sincronia entre empenho e desembolso financeiro reforça a eficiência na gestão dos recursos do FNDCT, mesmo diante das restrições impostas pelo teto orçamentário e financeiro.

#### **4. Balanço das ações não reembolsáveis 2024/2025 – Finep e CNPq**

O Sr. Carlos Aragão deu início à apresentação do balanço das ações realizadas no âmbito da Finep, destacando inicialmente os dados referentes às contratações com recursos não reembolsáveis voltados ao apoio a Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas. Em sua exposição, comparou os resultados dos últimos anos: em 2023, foram contratados R\$ 1,3 bilhão distribuídos em 370 projetos; em 2024, esse montante saltou para R\$ 3,6 bilhões, contemplando 315 projetos. Já no primeiro trimestre de 2025, foram contratados R\$ 520 milhões em 67 projetos - um crescimento expressivo em relação aos R\$ 64 milhões registrados no mesmo período de 2024, impulsionado diretamente pelas suplementações aprovadas para chamadas públicas. Destacou ainda que, do total contratado em 2024, R\$ 829 milhões foram destinados a ICTs localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No que diz respeito às subvenções econômicas a empresas - operadas diretamente ou por meio de parcerias com entes estaduais -, informou que os valores contratados somaram R\$ 1,5 bilhão em 2023 e R\$ 1,3 bilhão em 2024. No primeiro trimestre de 2025, as operações diretas já alcançaram R\$ 201 milhões, frente aos R\$ 112 milhões no mesmo período do ano anterior, refletindo a ampliação dos editais em fluxo contínuo.

O Sr. Luis Fernandes informou que o orçamento disponível para subvenção econômica em 2024 foi integralmente utilizado. Explicou que, como condição para acesso aos recursos, os projetos apresentados por empresas devem obrigatoriamente contar com parceria de uma ICT no desenvolvimento e ressaltou que o valor contratado em 2023 foi superior ao de 2024 devido à ampliação do atendimento de editais naquele ano, aprovada pelo CD, incluindo grandes projetos estratégicos, como os da área de defesa e satélites. Destacou que, em 2024, todo o orçamento alocado para subvenção econômica foi executado.

O Sr. Carlos Aragão mostrou a execução orçamentária por programa e ressaltou que, em 2023, o CD/FNDCT aprovou dez programas estratégicos voltados ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, abrangendo áreas como infraestrutura de pesquisa (Pró-Infra), inovação tecnológica, conectividade, desenvolvimento sustentável da Amazônia, valorização do conhecimento nacional, defesa e segurança alimentar. Ressaltou que a execução orçamentária desses programas foi expressiva: em 2024, o total investido ultrapassou R\$ 5,1 bilhões, com destaque para os Programas: Mais Inovação (R\$ 1,35 bilhão) e Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais (quase R\$ 1 bilhão); e em 2025, comentou que os investimentos continuam robustos, refletindo o compromisso do MCTI com a continuidade das ações e a consolidação de uma política científica e tecnológica de longo prazo. Em sua apresentação, destacou as

principais ações executadas no âmbito de cada programa estruturante demonstrando avanços significativos nas políticas públicas de CT&I.

O Sr. Ricardo Galvão, Presidente do CNPq, apresentou um balanço das ações não reembolsáveis executadas com recursos do FNDCT, destacando o edital que apoiou iniciativas emergenciais para reparo de equipamentos no valor de R\$ 100 milhões. Também foram implementadas iniciativas como o “Mais Ciência na Escola”, com abrangência nacional, e o fortalecimento do Pró-Amazônia, que teve ampla aceitação nas instituições da região. O Programa 5, Conhecimento Brasil, teve grande adesão com mais de mil propostas para redes de colaboração entre pesquisadores no país e no exterior, além de 1.500 propostas para repatriação de talentos, incluindo interesse de empresas nacionais. Outras ações envolveram chamadas em parceria com ministérios, como Esportes e Portos, embora com desafios operacionais. Por fim, foram executados R\$ 285 milhões em compromissos assumidos em anos anteriores, compondo a chamada “Carteira Prévia”.

## 5. Balanço das ações reembolsáveis 2024/2025 – Finep

O Sr. Elias Ramos apresentou o balanço das operações reembolsáveis da Finep, que vêm crescendo de forma expressiva nos últimos anos, com contratações passando de R\$ 7,6 bilhões em 2023 para R\$ 14,7 bilhões em 2024, acompanhadas por uma demanda que chegou a quase R\$ 24 bilhões. Os financiamentos são realizados por meio de operações descentralizadas, voltadas a micro, pequenas e médias empresas (até R\$ 15 milhões, via agentes credenciados), e operações diretas, destinadas a empresas com receita mínima de R\$ 90 milhões e patrimônio líquido superior a R\$ 40 milhões, com valores entre R\$ 15 milhões e R\$ 250 milhões - podendo chegar a R\$ 300 milhões em regiões prioritárias como Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2024, os recursos captados junto ao FNDCT foram aplicados em diversas linhas de crédito, com destaque para Inovação para Competitividade (R\$ 2,14 bilhões), Finep Inovacred e Inovacred 4.0 (R\$ 1,8 bilhão), Finep Mais Inovação (R\$ 1,5 bilhão), Inovação para Desempenho (R\$ 606 milhões) e Inovação Crítica (R\$ 220 milhões), refletindo tanto novos contratos quanto desembolsos de projetos em andamento. Historicamente concentrados no Sul e Sudeste (90%), os investimentos empresariais começam a se redistribuir: no primeiro trimestre de 2025, 33% dos projetos aprovados vieram do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, resultado de ajustes na política operacional. Exemplos relevantes incluem projetos da Mahle no setor automotivo, da Bionovis na área de biofármacos, e da Fosnor, com iniciativas para reduzir a dependência de fertilizantes importados. No crédito descentralizado, destacam-se ainda projetos inovadores em inteligência artificial e soluções digitais, como tradução técnica de artigos científicos (Rio Grande do Norte), diagnóstico radiológico (Piauí) e regularização fundiária (Minas Gerais), evidenciando o potencial transformador do crédito para a inovação em diferentes regiões e setores.

O Sr. Luis Fernandes explicou que a questão da assimetria regional na aplicação dos recursos do FNDCT é um ponto crítico, especialmente nas modalidades voltadas ao setor empresarial. Informou que em chamadas públicas para apoio não reembolsável a ICTs, já se adota a exigência de aplicação mínima de 30% dos recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que, na prática, esse percentual já tem oscilado entre 40% e 50%. No entanto, nas subvenções econômicas, realizadas em fluxo contínuo, disse que se observa uma maior concentração regional, e no crédito reembolsável, a desigualdade é ainda mais acentuada, devido a barreiras como exigência de garantias por parte das empresas. Ressaltou que, embora mudanças recentes na política operacional já tenham ampliado a participação das regiões menos favorecidas, o tema ainda exige atenção e debate aprofundado, especialmente no âmbito do CD, para a formulação de medidas mais eficazes de promoção do equilíbrio regional.

A Sra. Fernanda Sobral, com o apoio do Sr. Aldo Zarbin e do Sr. Glaucius Oliva, sugeriu a possibilidade de se adotar, como contrapartida para empresas beneficiadas por subvenção econômica ou crédito direto, a contratação de mestres e doutores ou, alternativamente, a oferta de bolsas de pesquisa.

O Sr. Luis Fernandes argumentou que, embora a sugestão seja pertinente, é necessário tratá-la com cautela, evitando que se transforme em uma exigência que possa restringir ou inviabilizar a participação de determinados setores.

O Sr. Ricardo Galvão defendeu que existem áreas, como a de inteligência artificial, em que profissionais altamente qualificados, com ampla experiência prática e técnica, não possuem titulação formal de mestrado ou doutorado, o que não os desqualificaria para atuação em projetos de inovação. Reforçou que a adoção dessa exigência como condição obrigatória poderia gerar barreiras desnecessárias à inovação em setores dinâmicos e emergentes. Destacou haver avanços legislativos importantes em curso cujo tema prevê a possibilidade de contratação de bolsistas de mestrado e doutorado por empresas sem a perda da bolsa de estudos.

A Sra. Janaina Prevot explicou que, para além da contratação de mestres e doutores, a Finep também valoriza o processo de avaliação e mobilização do Sistema Nacional de C&T. Comentou que parte dos recursos é destinada à contratação de universidades e centros de pesquisa, o que contribui para a qualificação técnica dos projetos. Destacou que esse fator é considerado positivo na pontuação e reflete o compromisso com a integração entre empresas, pesquisadores e infraestrutura científica, promovendo impactos mais amplos no ecossistema de inovação.

## 6. Aprovação da revisão dos programas do FNDCT

O Sr. Luis Fernandes revisitou o cronograma de revisão dos programas do FNDCT, iniciado em outubro de 2024 com a apresentação ao CD de um balanço detalhado das ações financiadas, incluindo a carteira prévia, como subsídio à reformulação dos programas do PAI. Desde então, foram realizadas reuniões com os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e duas reuniões do CD/FNDCT, nas quais se discutiu, entre outros pontos, a criação de dois novos programas: o Programa 11 – IA Brasil, voltado à consolidação de ações em Inteligência Artificial, e o Programa 12 – Clima Brasil, destinado ao monitoramento e enfrentamento de desastres climáticos, motivado especialmente pela crise no Rio Grande do Sul. Ao longo de sete meses de debates, foram recebidas 122 sugestões, das quais 73 foram incorporadas aos Termos de Referência (TRs), 41 encaminhadas às agências de fomento por não se adequarem ao formato estratégico dos TRs, e apenas quatro não foram acatadas por incompatibilidade com os objetivos dos programas. Como resultado, os TRs foram reformulados para orientar os investimentos do PAI 2025–2029, com maior clareza normativa e alinhamento às prioridades estratégicas. Entre as principais alterações, além da criação dos dois novos programas, destaca-se a ampliação do Programa 5 – Conhecimento Brasil, que passou a incluir ações para fixação de jovens pesquisadores e atração de estrangeiros; e a inclusão, no Programa 6 – Política de Ciência, de uma linha voltada à popularização da ciência (demanda antiga do FNDCT), com foco na defesa da ciência, combate à desinformação e redução de assimetrias regionais, em parceria com as FAPs. Além disso, os Programas 1 (Pró-Infra), 2 (Mais Inovação), 3 (Conecta e Capacita), 5 (Conhecimento Brasil) e 6 (Política com Ciência) foram atualizados para incorporar dimensões do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Especificamente no Programa Conecta e Capacita, informou que foi enfatizado o fortalecimento das redes de conectividade entre ICTs nacionais e regionais, a cooperação internacional via Rede CLARA e o desenvolvimento de um projeto estratégico para a construção de um cabo submarino de alta velocidade ligando os países dos BRICS, atualmente em fase de estudo, com potencial apoio do Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Destacou, por fim, que essas mudanças refletem o esforço contínuo de atualização e fortalecimento dos programas, alinhando-os às demandas emergentes e às estratégias globais de cooperação científica.

O Sr. Olival Junior fez alguns questionamentos. O primeiro foi quanto às iniciativas voltadas para máquinas agrícolas e eletrolisadores, perguntou se elas estavam contempladas nas descrições atuais dos programas, o que foi confirmado positivamente. A segunda dúvida referiu-se ao Centro de Competência em Hidrogênio, que vem sendo discutido no âmbito de uma eventual parceria internacional; foi informado que essa iniciativa está contemplada dentro da linha de apoio sistêmico à inovação, no Programa 2 (Mais Inovação). Por fim, foi levantada a questão sobre a possibilidade de incluir novas linhas ou iniciativas no plano aprovado, com destaque para uma futura iniciativa brasileira dedicada às tecnologias quânticas, atualmente em elaboração por grupos de trabalho no MCTI e outras instituições. A dúvida foi direcionada quanto ao foro adequado para discussão e eventual aprovação, mencionando-se que tal iniciativa teria sintonia com os Programas 3 (Conecta e Capacita) e 5 (Conhecimento Brasil).

O Sr. Luis Fernandes respondeu que os TRs dos programas do FNDCT têm caráter político-estratégico e não operacional, razão pela qual muitas sugestões recebidas durante o processo de revisão foram encaminhadas às agências, que têm autonomia para avaliar sua incorporação em editais ou iniciativas específicas. Caso as agências identifiquem lacunas nos TRs, podem reportar ao Comitê de Coordenação do FNDCT (CCF) para eventual ajuste. No caso da proposta de uma iniciativa nacional em tecnologias quânticas, foi informado que o tema já está contemplado nos TRs atuais, não exigindo alteração formal, podendo ser operacionalizado pelas agências dentro das linhas existentes. Reforçou que o processo de construção de ações passa necessariamente pelas diretorias operacionais das agências, como no exemplo citado de uma proposta discutida no CT-AGRO, que foi encaminhada à Finep e já resultou em avanços. Assim, o plano aprovado é estratégico e sua flexibilidade permite acomodar novas iniciativas, desde que alinhadas aos objetivos dos programas, sem comprometer a governabilidade do sistema.

Na sequência, o Sr. Luis Fernandes apresentou todas as alterações e sugestões que foram incorporadas aos TRs, programa a programa.

O Sr. Aldo Zarbin destacou a importância de ampliar os aportes de recursos para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), diante da elevada e qualificada demanda registrada no processo seletivo já em andamento. Defendeu que os INCTs são instrumentos estratégicos para a redução das desigualdades regionais, uma vez que, mesmo quando coordenados por instituições do Sul e Sudeste, envolvem redes com participação significativa de pesquisadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A exemplo do que ocorreu com o Pró-Infra em 2024, foi sugerido que, caso os dados confirmem a alta demanda qualificada, seja considerada a ampliação dos recursos disponíveis. Além disso, reforçou a demanda da comunidade científica por recursos para o edital universal do CNPq, que, embora não esteja explicitamente destacado, está contemplado no escopo do Programa 5 – Conhecimento Brasil.

Sobre a defesa dos INCTs, o Secretário-Executivo destacou que o processo de incorporação das FAPs que não participaram da etapa inicial ainda está em andamento, com conclusão prevista para o final de junho. Informou que somente após essa etapa será possível ter uma visão completa do valor total aportado e do desenho final do programa, mas afirmou que a possibilidade de expansão está preservada. E que qualquer decisão nesse sentido, como a que foi tomada anteriormente no caso do PRÓ-INFRA, dependerá da análise dos dados consolidados. Assim, sugeriu que, após a conclusão do processo, os resultados sejam apresentados ao CD/FNDCT para que se possa discutir, com base em evidências, a viabilidade de ampliar os recursos destinados aos INCTs.

O Sr. Luis Fernandes trouxe à discussão uma importante temática apresentada pelo Sr. Vanderlei de Souza, representante da comunidade científica e membro do CT-INFRA, sobre a necessidade de fortalecer o apoio à manutenção preventiva de equipamentos científicos. A preocupação surgiu diante da constatação de que muitas instituições, por falta de recursos, têm deixado seus equipamentos se deteriorarem para, posteriormente, pleitear a aquisição de novos - uma prática ineficiente do ponto de vista da política pública. Também foi apontada a replicação excessiva de laboratórios e estruturas que poderiam ser compartilhadas ou organizadas como centros nacionais de uso coletivo. Como encaminhamento, foi mantida no Termo de Referência do PRÓ-INFRA a linha de apoio à recuperação de equipamentos, com a possibilidade de incluir ações voltadas à manutenção preventiva, nos moldes do antigo Programa "SOS Equipamentos". Embora o tema já esteja descrito no conteúdo do TR, sugeriu-se tornar essa previsão mais explícita nos títulos e subtítulos, garantindo maior coerência com a proposta acolhida. Além disso, foi acolhida a sugestão de realizar um estudo sobre a infraestrutura científica existente no país, com o objetivo de identificar possíveis duplicações e propor ações de racionalização. Embora essa iniciativa não precise constar nos TRs, trata-se de uma medida estratégica, que contará com o apoio da ABC e da SBPC. A discussão também evidenciou desafios recorrentes nos centros multiusuários, como a sobrecarga dos pesquisadores responsáveis pelos equipamentos, que muitas vezes precisam operar, manter e até realizar medições para terceiros, sem recursos adequados para isso. Foram mencionadas necessidades básicas, como gases, peças e manutenção preventiva, frequentemente não contempladas nos financiamentos. Reforçou-se, assim, a importância de estruturar o sistema multiusuário de forma mais integrada e sustentável, com recursos específicos para operação, manutenção e valorização do trabalho técnico-científico envolvido.

No âmbito do Programa 5, a Sra. Idenilza Miranda levantou a possibilidade de que o programa de atração de pesquisadores inclua, além das chamadas públicas tradicionais, mecanismos de busca ativa por talentos estratégicos. A observação destacou que, ao se falar em “atração”, muitas vezes se associa automaticamente à lógica de editais abertos, nos quais os candidatos se inscrevem e são avaliados - um modelo mais passivo, semelhante a um balcão de oportunidades. No entanto, foi sugerido que o país também possa adotar uma postura mais proativa, identificando e convidando pesquisadores específicos, com perfil e expertise alinhados a áreas prioritárias, o que ampliaria o alcance e a efetividade da política de atração de talentos. Embora o programa esteja atualmente estruturado com base em chamadas públicas, essa abordagem complementar poderá ser considerada no seu aprimoramento.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que, embora essa abordagem ainda não esteja prevista no desenho atual do programa, reconhece sua relevância, particularmente para a linha voltada à atração de pesquisadores de destaque internacional. Informou que a sugestão será considerada no encaminhamento junto ao CNPq, com vistas à construção de um modelo mais eficaz e alinhado aos objetivos de excelência e enraizamento de competências no país.

Durante a reunião do CD/FNDCT, foram levantadas três demandas estratégicas de estudos para o CGEE de modo a subsidiar o aprimoramento das políticas apoiadas pelo fundo. A primeira trata da realização de um levantamento sobre a infraestrutura científica existente no país, com o objetivo de identificar possíveis duplicações e propor ações de racionalização e uso mais eficiente dos recursos. A segunda propõe a elaboração de um estudo para subsidiar a criação de um programa nacional de centros multiusuários, com foco em uso compartilhado, critérios de desempenho e financiamento proporcional ao volume de atendimento. A terceira demanda, apresentada no contexto da formulação do Programa Política com Ciência, solicita o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de impactos e resultados das ações apoiadas, de modo a orientar a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo do programa. Essas iniciativas reforçam o papel do CGEE como instância estratégica de apoio à gestão baseada em evidências no âmbito do FNDCT.

A Sra. Fernanda Sobral destacou a importância de se fomentar, no âmbito do Programa 6 – Política de Ciência, estudos voltados à análise dos impactos sociais decorrentes dos diversos programas financiados pelo FNDCT.

O Sr. Luis Fernandes solicitará à Finep uma apresentação, a pedido do Sr. Rodrigo Rollemburg, com um condensado das ações voltadas para a Região Amazônia, especialmente no contexto da distribuição regional de recursos não reembolsáveis, a ser pautado para apreciação na próxima reunião do CD/FNDCT.

O Sr. Aldo Zarbin destacou que a política de destinação de 30% dos recursos de fomento às regiões Norte e Nordeste foi implantada no primeiro governo Lula, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais, inicialmente sem contemplar o Centro-Oeste. Após mais de 20 anos de aplicação, ele apontou a ausência de dados estatísticos sobre seu impacto real, classificando essa falta de avaliação como uma grave lacuna. Ressaltou que, se os resultados não comprovarem redução das desigualdades ou indicarem concentração local de recursos, causando assimetria dentro das regiões N, NE e CO, o mecanismo deve ser urgentemente revisto. Defendeu, ainda, a necessidade de avaliações periódicas e transparentes para assegurar a efetividade das ações.

Atendendo a solicitação da Sra. Marcela Flores, o Sr. Luis Fernandes se comprometeu a apresentar, na próxima reunião do CD/FNDCT, um quadro comparativo (“de-para”) que explique quais ações e iniciativas do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBAI) podem ser incorporadas e em que programas específicos do FNDCT essas ações foram abarcadas.

Por fim, o Sr. Luis Fernandes colocou que as sugestões apresentadas ao longo dos debates foram devidamente incorporadas. Após o processo participativo, os TRs foram submetidos à aprovação e não havendo manifestações contrárias, a revisão dos programas foi aprovada por unanimidade.

## 7. Aprovação PAI 2025 – 2029 (não reembolsável e reembolsável)

O Sr. Luis Fernandes iniciou a apresentação em relação ao não reembolsável e comentou o planejamento plurianual aprovado em 2023 para a alocação de recursos não reembolsáveis nos

programas. Explicou que, na ocasião, foi estabelecido um aporte inicial de R\$ 12,7 bilhões para o triênio 2023-2025, com recursos adicionais via crédito no Programa 2 (Mais Inovação), que atualmente destina 100% de suas ações às missões da NIB. Embora o planejamento original tenha servido como base, a execução dos programas apresentou variações: o Programa Conhecimento Brasil, por exemplo, teve menor execução (R\$ 560 milhões de um total previsto de R\$ 1,5 bilhão), devido à demora no lançamento e julgamento do programa e no avanço da subvenção econômica. Esses recursos foram redistribuídos, permitindo ampliar o aporte em programas como Pró-Infra (de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 4,3 bilhões), Mais Inovação (de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 3,9 bilhões) e Conecta e Capacita (de R\$ 500 milhões para R\$ 727 milhões), incluindo ações em capacitação e infovias. No Pró-Amazônia, informou que foram executados R\$ 426 milhões de um total previsto de R\$ 500 milhões, com parte dos pagamentos do edital do CNPq e da subvenção econômica programados para 2025 e 2026.

O Sr. Elias Ramos explicou que, em relação às ações de subvenção para a Amazônia, o plano inicial previa a destinação de parte dos recursos para uma chamada de subvenção direta, realizada pela Finep, e outra parte para uma chamada em cooperação com as FAPs da região. No entanto, a cooperação com as FAPs não avançou conforme o previsto, o que levou a uma readaptação da chamada da Finep. Inicialmente focada em projetos maiores e mais estruturantes, a chamada foi ajustada para também contemplar projetos menores, o que resultou em um aumento expressivo no número de propostas submetidas. Desse modo, informou que processo de avaliação dessas propostas está em andamento; algumas já foram aprovadas e outras seguem em análise, dentro do fluxo normal de execução do programa.

Finalizando a apresentação dos programas, o Sr. Luis Fernandes complementou sua fala dizendo que o Programa Política com Ciência incorporou as ações que serão executadas já em 2025, mantendo-se próximo do que foi originalmente proposto. O Programa Identidade Brasil teve seu orçamento duplicado, em decorrência da decisão do CD/FNDCT, que realocou recursos não executados do Conhecimento Brasil. No caso do Programa da Defesa, o valor atualizado dos projetos no planejamento plurianual se aproxima de R\$ 600 milhões, superando a previsão inicial de R\$ 500 milhões, e sua execução segue dentro do cronograma, com continuidade prevista até 2026. O Programa de Segurança Alimentar também mantém seu fluxo de execução, incluindo uma componente de subvenção econômica. Informou que, de forma geral, os programas vêm acompanhando o planejamento plurianual aprovado em 2023, com os ajustes necessários em função da execução real.

De modo a alinhar o entendimento, o Secretário-Executivo explicou que o novo regulamento do FNDCT, aprovado no final de 2023, passou a permitir a elaboração de um planejamento plurianual de cinco anos (ano corrente mais quatro anos), com horizonte até 2029. Embora o compromisso efetivo de investimento dependa da autorização da Lei Orçamentária (LOA), para 2025 já está autorizado um montante de R\$ 14,67 bilhões. Informou que, para dimensionar esse planejamento, foi realizada uma projeção conservadora, mantendo, por ora, a atual distribuição de 50% para recursos reembolsáveis e 50% para não reembolsáveis - proporção que ainda será revisada no item 9 da pauta. Essa projeção sinalizou uma arrecadação total de R\$ 96 bilhões para o período, com R\$ 48 bilhões em cada modalidade. Ressaltou que, com base nos 12 programas recém-aprovados, foi apresentada uma proposta de alocação plurianual 2025-2029, que mantém a estrutura do ciclo 2023-2025, com destaque para Pró-Infra e Mais Inovação como programas principais. Foram previstas alocações para Conecta e Capacita (R\$ 1,5 bi), Pró-Amazônia (R\$ 1 bi), Conhecimento Brasil (R\$ 5 bi), Política com Ciência (R\$ 1,5 bi), Identidade Brasil (R\$ 1 bi), Defesa (R\$ 1 bi), Segurança Alimentar (R\$ 1 bi), IA Brasil (R\$ 1 bi) e SOS Clima Brasil (R\$ 1 bi). Enfatizou que a proposta reforça que o planejamento poderá ser revisitado a qualquer momento, conforme o andamento das ações, como já ocorreu na ampliação de editais em outubro passado. Para 2025, informou que os Comitês Gestores indicaram R\$ 186 milhões em recursos disponíveis para novas ações, provenientes de Fundos Setoriais (CT-AGRO, CT-AQUA, CT-BIOTEC, CT-MINERAL, CT-PETRO e CT-SAÚDE), que foram alocados em programas com sugestões concretas. O restante dos fundos não dispunha de recursos, uma vez que já se encontravam comprometidos em iniciativas do planejamento plurianual. O total previsto a ser gerido soma R\$ 7,34 bilhões, ainda pendente da recomposição orçamentária mencionada no início da reunião. Como novidade, destacou a inclusão de R\$ 500 milhões no Programa 11 (IA Brasil) para cobrir compromissos do PBIA e a previsão de R\$ 20 milhões para o início da estruturação do Programa 12 (SOS Clima Brasil), cuja execução se dará a partir de

2026, dado o calendário das chamadas públicas. Finalizou dizendo que essa distribuição confere um horizonte estratégico para orientar o fluxo das iniciativas e propostas ao longo do período.

Em relação ao PAI para ações reembolsáveis em 2025, o Sr. Elias Ramos apresentou um histórico da captação de recursos do FNDCT, destacando que a projeção para o próximo ano prevê um aumento de 15% em relação a 2024, resultado do crescimento dos recursos do fundo e da manutenção da divisão 50/50 entre reembolsável e não reembolsável. As diretrizes para investimentos não reembolsáveis continuam alinhadas às diretrizes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e à NIB, com condições financeiras mais favoráveis para projetos com maior risco tecnológico e relevância, enquanto projetos com menor risco, grau e relevância da inovação poderão ser atendidos se localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como incentivo ao desenvolvimento regional. Reforçou que todos os projetos precisam ter conteúdo de inovação e que a carteira atual de projetos, em 25 de março de 2025, contemplava 208 operações diretas com saldo de R\$ 6,2 bilhões a liberar e 429 operações descentralizadas com saldo de R\$ 2 bilhões a liberar que, somadas a R\$ 2,8 bilhões em operações a serem contratadas, totalizam R\$ 11 bilhões de desembolsos previstos para 2025. Ressaltou que o orçamento aprovado na LOA para empréstimos é de R\$ 7,3 bilhões e que a Finep tem plena capacidade de executar a captação prevista.

A Sra. Fernanda Sobral recomendou que, na próxima reunião, seja apresentada uma projeção do PAI reembolsável e não reembolsável para o período de 2025 a 2029, considerando a distribuição de 60% para ações não reembolsáveis e 40% para reembolsáveis.

Ao final da apresentação, o Sr. Luis Fernandes colou em votação o Plano Anual de Investimentos (PAI) reembolsável e não reembolsável para o período 2025-2029, com ênfase na programação orçamentário-financeira de 2025, que constitui o objeto de aprovação imediata. Não havendo manifestações contrárias, o PAI reembolsável e não reembolsável de 2025 foi aprovado pelo CD/FNDCT.

## 8. Recomendações dos órgãos de controle 2024:

### 8.1. Diretrizes para priorização do uso dos recursos reembolsáveis

O Sr. Luis Fernandes deu ciência aos demais membros sobre a recomendação da CGU ao CD/FNDCT de instituir diretrizes de priorização para que os recursos reembolsáveis do fundo sejam aplicados pela Finep em projetos de maior risco, maior salto tecnológico e maior relevância, tendo em vista os benefícios e a necessidade de maior apoio estatal nesse tipo de projeto.

O Sr. Elias Ramos apresentou a Política Operacional da Finep que orienta a aplicação dos recursos reembolsáveis da Finep. Inicialmente, destacou as medidas aprovadas em 2025: a obrigatoriedade da adesão à NIB; a limitação do valor financiado para R\$ 200 milhões no Sul e Sudeste e R\$ 300 milhões no Norte, Nordeste e Centro-Oeste; a limitação do apoio da Finep a 70% do valor do projeto; a limitação da linha de Inovação para Desempenho a projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e a exclusão da linha de difusão tecnológica.

Explicou que o modelo de análise utilizado pela Finep começa pela verificação de aderência do projeto às diretrizes da NIB e somente os projetos aderentes seguem para análise técnica. Essa avaliação considera dois eixos principais: intensidade da inovação e relevância da inovação. Detalhou que no eixo de intensidade, são analisados: o grau de incerteza e esforço de P&D, a abrangência da inovação (global, nacional ou restrita à empresa), a composição dos itens de despesa, o risco tecnológico e a trajetória inovadora da empresa; e no eixo de relevância, são considerados: impacto para o setor, mobilização do sistema de inovação (parcerias com universidades, ICTs e empresas), externalidades e aplicações potenciais, impacto no mercado e potencial de internacionalização. Cada item é pontuado de 0 a 3, gerando uma nota final que orienta o enquadramento do projeto nas diferentes linhas de financiamento.

Sobre as linhas de financiamento reembolsável direto da Finep colocou que atualmente estão disponíveis: a Finep Mais Inovação (TR mais 2,5%, até 156 meses, até 70% do financiamento), para projetos com alta intensidade e alta relevância de inovação - esta linha tem a menor taxa; a Inovação Pioneira (TR mais 3%, até 156 meses, até 70%), exigindo maior intensidade de inovação, com relevância moderada; a Inovação para Competitividade (TR mais 4%, até 132 meses, até 70%), voltada a projetos

que ampliem a competitividade da empresa, mesmo que a inovação seja apenas incremental; e a Inovação para Desempenho (TR mais 6%, até 96 meses, até 60%), destinada exclusivamente a projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, reconhecendo que os ecossistemas de inovação dessas regiões ainda estão em processo de amadurecimento. Ressaltou que este último instrumento tem sido importante para ampliar o acesso ao crédito nessas regiões: no primeiro trimestre de 2025, 33% dos recursos aprovados para crédito direto da Finep foram destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, destacou que a política atual busca conciliar o rigor técnico com estímulos ao desenvolvimento regional, assegurando que todos os projetos apoiados apresentem efetivo conteúdo de inovação.

O Sr. Ricardo Galvão questionou se, no caso de projetos apresentados em fluxo contínuo, as notas atribuídas são de fato comparáveis entre os projetos, como ocorre em chamadas públicas, ou se refletem apenas a aderência individual aos critérios de avaliação.

O Sr. Elias Ramos esclareceu que no caso de projetos submetidos em fluxo contínuo (tanto em crédito quanto em subvenção), não há comparação direta entre as propostas. A lógica é distinta da adotada em chamadas públicas: os projetos são avaliados individualmente, seguindo a ordem de entrada na fila. Caso o projeto atenda à nota mínima exigida, ele é aprovado e contratado, e a fila segue enquanto houver disponibilidade de recursos. Essa metodologia, amplamente discutida e validada pelos órgãos de controle, tem se mostrado eficaz e adequada para a dinâmica das operações em fluxo contínuo.

Na sequência, o Sr. Elias Ramos detalhou o funcionamento do financiamento descentralizado, cujo carro-chefe é a linha Inovacred. Explicou que essa modalidade se destina a empresas com receita operacional bruta de até R\$ 300 milhões no ano anterior, com projetos de até R\$ 15 milhões - teto que define a aplicação do descentralizado (projetos acima de R\$ 15 milhões são tratados no financiamento direto). Para micro e pequenas empresas, ressaltou que a taxa aplicada é de TR mais 6,068% ao ano, com prazo de carência de até 24 meses e prazo total de até 96 meses, sendo possível a participação da Finep em até 100% do valor do projeto. Esclareceu que, por legislação atual, o conceito de microempresa abrange faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais e que, no caso de startups, há legislações específicas que podem ser consideradas. Para empresas de médio porte, o conceito é dividido em: Médio Porte 1: faturamento de R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões; e Médio Porte 2: de R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões. Para elas, a taxa aplicada é levemente superior: TR mais 6,605%. As empresas de grande porte (acima de R\$ 300 milhões de faturamento) estão excluídas dessa linha descentralizada.

Como encaminhamento, o Sr. Luis Fernandes propôs que o CD/FNDCT referende a Política Operacional apresentada, com o entendimento de que ela atende às recomendações emitidas pela CGU a esse respeito, e que a discussão seja retomada na próxima reunião para avaliação da necessidade de estabelecimento de novas diretrizes, sobretudo voltadas à regionalização. Submetida à apreciação do CD/FNDCT, não havendo manifestações contrárias, a Política Operacional foi referendada e a discussão será retomada na próxima reunião.

## 8.2. Critérios de cobrança de juros e amortização utilizando a TR

A Sra. Mariana Vidal deu ciência ao CD/FNDCT da recomendação da CGU à Finep que, enquanto o novo regulamento do FNDCT não for aprovado com os critérios de juros e amortização utilizando a TR, esses critérios sejam submetidos à aprovação do CD/FNDCT. Tal procedimento atende ao disposto no inciso III do artigo 5º da Lei nº 11.540/2007, que confere competência ao CD/FNDCT para estabelecer normas de utilização dos recursos do FNDCT nas modalidades previstas em lei.

O Sr. Pablo Arruda explicou que, com a mudança legislativa introduzida pela Lei nº 14.554/2023, a metodologia de remuneração dos empréstimos do FNDCT deixou de ser baseada na TJLP e passou a utilizar a TR (Taxa Referencial). No entanto, como o decreto correspondente ainda não foi atualizado, a Finep passou a adotar, para os pagamentos ao FNDCT, a mesma metodologia que já aplica na cobrança de seus clientes, ou seja, utilizando a TR sobre o saldo devedor, sem spread adicional, conforme previsto na LDO, que impede que a Finep cobre de seus clientes menos do que o seu próprio custo de captação. A CGU avaliou que, até a aprovação de um novo Decreto, é necessária uma Resolução do CD/FNDCT referendando essa prática. Ressaltou que a metodologia proposta mantém as condições de pagamento histórico do FNDCT: amortização em 15 anos, com carência de 5 anos e pagamentos semestrais. Explicou que a mudança em discussão se refere exclusivamente à remuneração de juros (de TJLP para TR), sem alteração nas demais condições contratuais. Ressaltou que esta prática garante

equilíbrio técnico e transparência, uma vez que a Finep está aplicando aos pagamentos ao FNDCT os mesmos critérios que utiliza na cobrança de seus clientes.

A Sra. Mariana Vidal acrescentou que a fórmula proposta para a remuneração dos juros - que a Finep já utiliza nos pagamentos ao FNDCT - está plenamente alinhada com as práticas de mercado, sendo compatível com a calculadora oficial da TR disponibilizada pelo Banco Central e com as metodologias adotadas pelo BNDES para pagamentos ao FAT. Trata-se de uma fórmula pública e transparente, que também constará expressamente nos contratos de empréstimo enquanto não houver um novo decreto. A Sra. Janaína Prevot ressaltou que os órgãos de controle já auditaram essa metodologia e não contestaram a forma como os pagamentos vêm sendo realizados; a única recomendação foi quanto à formalização dessa prática pelo CD/FNDCT. Esclareceu que a deliberação proposta, portanto, refere-se exclusivamente à formalização de uma metodologia que já vem sendo aplicada de maneira consistente e considerada adequada pelos órgãos de controle.

O Sr. Luis Fernandes esclareceu que, enquanto o Decreto Regulamentar não for alterado para substituir a TJLP pela TR como base de cálculo da remuneração dos empréstimos do FNDCT, é necessária a edição de uma Resolução do CD/FNDCT, conferindo cobertura normativa à metodologia atualmente aplicada. Conforme previsto na Lei do FNDCT, argumentou que o CD possui competência para adotar tal Resolução e a metodologia proposta está plenamente compatível com a previsão da LDO, não caracterizando subsídio.

Deste modo, o Secretário-Executivo submeteu a matéria para votação e a proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade, sem manifestações contrárias.

### **8.3. Incorporação da lógica de intervenção aos Programas do FNDCT**

A Sra. Mariana Vidal informou que o tema de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do FNDCT segue em constante discussão no âmbito do CD/FNDCT, estando também entre as recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU). Para atender a essas recomendações, foi reconstituído o Grupo Assessor do Modelo de Avaliação Global (GAAVA), que, em parceria com o CGGE, iniciou um projeto para fortalecer o sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem dos programas do FNDCT, com base em referências como o Manual *ex-Ante* da CGU. Explicou que a lógica de intervenção que está sendo construída para cada um dos 12 programas do fundo inclui a elaboração de quatro instrumentos: Teoria da Mudança, Árvore de Problemas, Modelo Lógico e Análise SWOT. Argumentou que o processo é participativo e que já envolveu membros dos Comitês Gestores, além de representantes de instituições vinculadas ao Ministério, com duas rodadas realizadas até o momento - incluindo a definição do problema e a construção da árvore de problemas. Estão previstas mais duas rodadas para finalizar o modelo lógico e a análise SWOT, com conclusão esperada para o final de junho. Reforçou que a meta é a de que uma versão inicial seja apresentada ao CD/FNDCT na próxima reunião, em atendimento ao prazo acordado com a CGU (15 de julho). Ressaltou que o trabalho está em andamento e que há expectativa de conseguir cumprir a recomendação dentro do prazo estabelecido.

A Sra. Mariana Vidal acrescentou que a intenção é, a partir dos modelos em desenvolvimento, estruturar de forma sistemática o monitoramento e a avaliação do FNDCT, em articulação com as agências executoras. Reforçou que esse trabalho será conduzido no âmbito do GAAVA, que conta com a participação de representantes das agências, da CNI e da Embrapa, entre outros. Reiterou que o objetivo é consensuar metodologias e estabelecer indicadores para medir esforços, resultados e impactos de cada um dos programas do fundo, assegurando um sistema de avaliação contínuo e integrado.

### **9. Deliberação sobre a proposta de distribuição de percentuais das modalidades de financiamento para o PLOA 2026 e encaminhamentos**

O Sr. Luis Fernandes apresentou ao CD o ofício da Secretaria-Executiva da Junta de Execução Orçamentária, que solicitou proposta para os percentuais de financiamento das modalidades previstas no artigo 12 da Lei do FNDCT (não reembolsável, reembolsável e aporte de capital), a ser encaminhada até 2 de junho, para subsidiar a preparação do PLOA 2026. Lembrou aos demais membros que, no exercício anterior, o CD/FNDCT encaminhou proposta de distribuição 60% para ações não reembolsáveis e 40% para reembolsáveis, embora a Junta tenha mantido, na ocasião, o limite legal de

50/50. Informou que, em resposta às recomendações dos órgãos de controle, o CGEE está elaborando um estudo para fundamentar futuras propostas de distribuição. No momento, foi proposta e colocada em debate a reafirmação da proposta de 60/40 para o próximo ciclo.

Como encaminhamento adicional, o Sr. Luis Fernandes sugeriu que, junto à proposta de percentuais, o CD/FNDCT também comunique à Junta que, com base nos dados mais recentes de arrecadação, a projeção orçamentária para o FNDCT em 2026 deveria ser revista para R\$ 18,3 bilhões (já considerando a aplicação da DRU), uma vez que a arrecadação de 2025 vem superando a previsão inicial. Ademais, propôs-se que o Conselho envie uma correspondência à Receita Federal, com base em dados do SIOP e em premissas macroeconômicas oficiais (PIB, inflação), indicando uma previsão realista de arrecadação da CIDE para 2026, visto que a subestimação dessa fonte foi um dos principais fatores de distorção no PLOA de 2025. Informou que o objetivo é que o CD/FNDCT se antecipe e contribua para que o PLOA 2026 seja elaborado com maior realismo orçamentário e coerência com as informações atualmente disponíveis.

O Sr. Zarak Ferreira complementou sugerindo que a comunicação proposta à Receita Federal - com a previsão realista de arrecadação da CIDE para 2026 - deve ser feita compartilhando os parâmetros utilizados (como crescimento do PIB, inflação e demais premissas macroeconômicas). Informou, também, que a Receita, por sua vez, realizará suas próprias simulações com base nas diretrizes e parâmetros que receberá do Ministério da Fazenda. Argumentou que esse intercâmbio permitirá maior alinhamento e transparência entre as projeções do CD/FNDCT e as estimativas oficiais, contribuindo para uma elaboração mais precisa do PLOA 2026.

O Sr. Luis Fernandes submeteu à deliberação do CD/FNDCT a proposta de encaminhamento referente à distribuição de percentuais das modalidades de financiamento para o PLOA 2026. A proposta consistiu em reafirmar a distribuição de 60% para ações não reembolsáveis e 40% para ações reembolsáveis, e, adicionalmente, incluir na resposta à Junta de Execução Orçamentária uma projeção realista da arrecadação total do FNDCT para 2026, estimada em R\$ 19,39 bilhões. Também foi proposto o envio de uma correspondência à Receita Federal, apresentando a previsão realista da arrecadação da CIDE e os elementos que compõem essa projeção, incluindo parâmetros de crescimento do PIB e inflação. Submetida à votação, a proposta de encaminhamento foi aprovada sem manifestações contrárias.

## 10. Calendário e Proposta de Pauta próximas reuniões

O Sr. Luis Fernandes informou que a pauta originalmente prevista para a segunda reunião, a ser realizada em 25 de junho, incluía o acompanhamento da execução orçamentária e financeira do FNDCT e a criação dos grupos de trabalho de Comunicação e de Governança. No entanto, em função dos debates da reunião atual, novos temas foram incorporados, como a questão da regionalização e a análise dos dados sobre o Programa Amazônia, ampliando assim os pontos a serem tratados. Ressaltou que a data da primeira reunião foi adiada devido ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária. Comunicou que a terceira reunião está agendada para 29 de outubro, com foco no acompanhamento da execução financeira do FNDCT e que a quarta e última reunião do ano será em 10 de dezembro, dedicada ao balanço da execução orçamentária e financeira do exercício.

## 11. Encerramento.

O Secretário-Executivo encerrou a reunião agradecendo a intensa e relevante participação de todos.

## Consolidação das deliberações:

1. Aprovação da revisão dos programas do FNDCT;
2. Aprovação do PAI 2025 – 2029 (não reembolsável e reembolsável);
3. Referendo à Política Operacional da Finep;
4. Aprovação dos critérios de cobrança de juros e amortização utilizando a TR;
5. Aprovação de proposta de distribuição de 60% para ações não reembolsáveis e 40% para ações reembolsáveis no PLOA 2026.

**Assuntos para discussão na próxima reunião:**

1. Distribuição regional dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis com destaque para Amazônia;
2. Distribuição das ações do PBIA nos Programas do FNDCT;
3. Apresentação da Finep sobre a subvenção;
4. Retomada da discussão sobre diretrizes de aplicação dos recursos reembolsáveis.

---

**[1] Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento**

**Anexo – Apresentação SEXEC da 1ª RO do CD/FNDCT – Doc. SEI nº (12867644)**

**LUIS MANUEL REBELO FERNANDES**

Presidente Substituto do Conselho Diretor do FNDCT



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 03/07/2025, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12923217** e o código CRC **C1CA64CD**.

---

**Referência:** Processo nº 01245.003257/2025-70

SEI nº 12923217